



INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR: UMA BREVE REFLEXÃO

Keity Bordignon Rocha Dutra¹

Ana Paula de Carvalho Fernandes Colombo.²

Sawana Araújo Lopes de Souza³

José Felix Dos Santos Neto⁴

RESUMO

Este artigo buscou refletir sobre a inclusão do educando com Síndrome de Down no Ensino Regular. Teve como objetivo refletir sobre as práticas pedagógicas que as escolas regulares devem implementar com as crianças com Síndrome de Down no espaço escolar. Se trabalhado adequadamente desde o nascimento, os portadores da Síndrome de Down podem levar uma vida quase normal, longe de preconceitos eles crescem como qualquer outra criança. As pessoas especiais se forem bem acompanhadas podem superar barreiras impostas pela anomalia genética. Para termos uma compreensão mais aprofundada sobre o portador da Síndrome de Down dentro da escola regular, observa-se que no cotidiano, quanto melhor a criança for aceita pela família e pela comunidade, maior será o seu desenvolvimento. Este estudo utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa e bibliográfica na procura de analisar o desenvolvimento e aperfeiçoamento na formação do educando portador da Síndrome de Down desde seus passos iniciais a um ajustamento social. A inclusão constitui um crescimento conjuntivo na vida familiar e na sala de aula. O quanto é importante a presença do professor capacitado, fazendo o encaminhamento adequado com recursos e espaço físico. O professor é o principal personagem para a formação de uma sociedade inclusiva, pois contribuem com o ensino-aprendizagem desses educandos. No processo de inclusão o educando portador da Síndrome de Down no ensino regular enfrenta grandes dificuldades, com a falta de informação, os desafios são maiores ainda. O portador da Síndrome de Down não é um doente e devemos nos conscientizar que temos que perder o medo dessas crianças que tem a diferença estampada na face.

Palavras-chave: Inclusão, Síndrome de Down, Portadores de Necessidades especiais, Ensino regular.

¹Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação (PPGCE) na Ivy Enber Christian University. Especialista em Coordenação Pedagógica pela UFSC - Campus Florianópolis/SC.

² Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação (PPGCE) na Ivy Enber Christian University. Especialista em Gestão Escolar pelo IFSC - Campus Tubarão/SC.

³ Professora da Ivy Enber Christian University. Doutora em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB). Graduada em Pedagogia da UFPB.

⁴ Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University. Mestre em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba.



INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, educadores, pais e pessoas com deficiência vêm lutando para que a inclusão aconteça nas escolas de ensino regular, de forma a acabar com a segregação e que a educação para todos realmente aconteça não só no papel e no discurso, mas também na prática.

A procura e a matrícula dos alunos com deficiência no ensino regular têm aumentado e é uma realidade nas escolas brasileiras. Com isso, surge a dúvida de como a inclusão está acontecendo dentro da escola e de que forma ocorre a aprendizagem deste aluno.

A garantia da inclusão e da aprendizagem não acontece apenas no acolher e matricular o aluno com deficiência, torna-se necessário um planejamento e uma busca conhecimento, auto formação, recursos específicos para cada deficiência, orientar a comunidade escolar para receber esse aluno.

O acesso a uma verdadeira educação que inclua essas pessoas com algum tipo de deficiência através do acolhimento e da oferta dos direitos, as oportunidades, com práticas de aprendizagem é uma das obrigações e função social da escola.

Logo, a escola é o lugar onde essa prática precisa ser efetivada, pois estamos vivendo numa sociedade inclusiva onde cada cidadão tem seus direitos.

A criança com necessidades especiais, em nosso caso o portador de Síndrome de Down, que é uma anomalia genética, tem suas características próprias, seu processo de desenvolvimento é lento, mas se feito com carinho e atenção poderemos ter resultados fantásticos. Como todo ser humano dito "normal", o portador da Síndrome de Down também tem suas diferenças e necessidades que em pouco tempo pode ser identificada e atendida, pelo menos em parte.



Desse modo, o objetivo do presente trabalho consiste em refletir sobre as práticas pedagógicas que as escolas regulares devem implementar com as crianças com Síndrome de Down no espaço escolar.

A partir do objetivo traçamos a seguinte estrutura para o presente artigo: em um primeiro momento explicitamos sobre a metodologia, em seguida, uma reflexão sobre a inclusão no espaço escolar para posteriormente apresentar os resultados e discussões obtidos através da pesquisa bibliográfica e por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é qualitativa, com o objetivo de compreender as concepções abordadas, a fim de identificar como ocorre o processo de inclusão desses educandos. Segundo Ludke e André (1986, p.13), “A pesquisa qualitativa ou naturalista (...)envolve o objeto de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perceptiva dos participantes.” Esse tema surgiu para refletirmos e analisarmos o processo dos educandos com Síndrome de Down no ensino regular.

É uma pesquisa bibliográfica, buscando as contribuições e as ideias de alguns autores, dando suporte para aprofundar o tema, desenvolvendo informações.

Nas palavras de Gil (1994, p. 73):

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de pesquisa.

Nesse sentido, observa-se a relevância em realizar essa pesquisa contribuindo e aprofundando o tema proposto, pautando-se nos estudos existentes para fundamentar este trabalho.



O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR: UM BREVE DEBATE

No decorrer da história estamos observando um processo de exclusão dos estudantes com deficiência no espaço escolar. Neste sentido, os estudantes com deficiência eram vistos de várias formas de acordo com a sociedade, cultura, religião de cada momento histórico.

No passado, o modelo de educação destinado para as pessoas com deficiência era mantê-los segregados em instituições e escolas especiais. No século XIX, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade, associando-os a incapacitados, eram abandonados ou eliminados da sociedade, sendo estas atitudes consideradas normais. A escolarização dessas pessoas passou por diversas mudanças.

No Brasil, na década de 60, iniciou as instituições segregativas, ambientes separados, diferentes das escolas comuns.

Ao final dessa década, iniciou-se o movimento de integração, mas esse movimento foi mais vivenciado na década de 80. Este processo de integração foi muito forte, porém essas pessoas continuavam segregadas e tinham que se adaptar a sociedade.

Apesar de suas limitações, a sociedade e a escola não mudavam para receber esses alunos eles que tinham que se preparar e modificar para acompanhar a escola e a sociedade.

Na Declaração de Salamanca (1994, p.23):

O princípio fundamental que rege as escolas integradoras é de que todas as crianças, sempre que possível, devam aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças. As escolas integradoras devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender; adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade a todos, através de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento com as comunidades.

Depois da exclusão, segregação, integração, enfim chegamos a inclusão sendo a declaração de Salamanca um marco histórico para que esse modelo



educacional fosse remodelado, fortalecendo o princípio da inclusão e o reconhecimento da necessidade de se caminhar em direção a uma “escola para todos”.

No Brasil a educação especial é garantida pela Constituição Federativa no “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família.” (BRASIL, 1988), tal artigo vem reafirmar a necessidade do processo de inclusão ser implementado e regularizado nas instituições de ensino do país o direito de TODOS à educação.

Observa-se que trabalhar com a pessoa com deficiência é desafiador, para que a inclusão efetivamente aconteça é necessário a mudança de paradigmas em relação à educação, com adequação curricular, com a formação dos professores, com o conhecimento das diversas síndromes e deficiências, com suporte de materiais adaptados, com tecnologia assistida, com materiais que atendam às necessidades dos estudantes com deficiência.

Os envolvidos com a educação desde as Universidades que formam os professores, até toda comunidade escolar precisam caminhar na mesma direção e falar a mesma língua, no sentido de unir forças para que a educação inclusiva seja para todos os estudantes, contemplando suas necessidades para seu desenvolvimento intelectual, motor e social.

Ferreira e Guimarães (2003, p.117) afirmam que:

A inclusão é uma força cultural para a renovação da escola, mas, para ter sucesso as escolas devem tornar-se comunidades consciente. Sem esse sentimento de comunidade, os esforços para alcançar resultados expressivos são importantes.

De acordo com as Leis vigentes o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos dos alunos com deficiência deve ser garantida nas escolas comuns. Estes estudantes não podem estar segregados em escolas especiais, por mais que apresentem diferenças bastante significativas.

Conforme está descrito na Declaração de Salamanca (1994):



As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (UNESCO,1994).

Assim, observa-se que os estudantes com necessidade especiais possuem o direito a educação juntamente com seus pares da mesma idade cronológica, para que se beneficiem do ambiente escolar e aprendam conforme suas possibilidades.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa, como complemento ou suplemento, todas as etapas e os níveis de ensino básico e superior, garantindo a todos os alunos com deficiência o acesso a escola comum, removendo as barreiras que impedem a frequência desses alunos ao ensino regular.

Portanto, a inclusão acontecerá quando toda comunidade escolar se comprometer realmente em incluir o aluno garantindo o seu direito de aprendizagem, não necessariamente dando ênfase a deficiência do aluno, mas à maneira que a inclusão desse aluno acontece no contexto escolar.

A escola precisa parar de focar nas limitações do aluno, mas dar visibilidade em suas habilidades, proporcionando recursos que diminuam essas barreiras. É preciso vencer as barreiras atitudinais que impedem a inclusão e usar os recursos humanos para contribuir com essa nova visão de educação.

Voivodic (2004, p.29) relata que:(...) fica evidente que não é apenas o educando, com deficiência ou não, que deve de atender as necessidades da criança para a sua real participação, ou seja, para sua inclusão.

Então, torna-se relevante falar em inclusão, pois mesmo com toda legislação que defenda o direito das pessoas com deficiência ainda existe a inclusão social e educacional, atendendo as necessidades desses educandos.



Portanto, precisamos pensar e refletir sobre o que é ser ou estar incluído, ou sobre quem são os excluídos e como podemos mudar essa realidade, percebendo como as pessoas estão sendo excluídas, respeitando suas dificuldades e seus direitos.

É preciso ressignificar o conceito de “educação para todos”, onde todos possam realmente aprender e não apenas estar presente em um espaço que não é adaptado para esse “todo”. Para Montoan (2003, p.67) “a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e /ou dificuldade de aprender”. O professor precisa levar em conta os limites dos alunos e oferecer um ensino de qualidade, explorando as possibilidades e habilidades de cada um.

Sendo assim, a escola inclusiva propõe uma ruptura não só com as práticas, mas principalmente com os valores da escola tradicional. Essa escola inclusiva rompe com a ideia de aluno padrão, com a ideia de ensino como transmissão e com modelo de escola como estrutura de reprodução.

As crianças portadoras da Síndrome Down podem aprender e se desenvolver, especialmente em ambientes onde se incentivem o seu potencial e sejam também estimulados em colaboração com a escola onde haja informações para os professores sobre métodos pedagógicos adequados as suas necessidades.

Portanto, espera-se que a escola, ao abrir as portas para tais alunos, informe-se e oriente-se com profissionais da educação e da saúde sobre as especificidades e instrumentos adequados para que todo aluno encontre na escola um ambiente adequado, sem discriminações e que lhe proporcione o maior e melhor aprendizado possível.

O professor precisa mudar seu pensamento e sua fala de que não está preparado e começar a pensar sobre o que fazer para se preparar. A educação inclusiva terá avanços quando o professor compreender que precisa dar oportunidade para todos aprenderem, respeitando o tempo e ritmo de cada



um. Pensar em práticas que possibilitem a inclusão, através da construção de propostas curriculares flexíveis que viabilizem o aprendizado de todos.

A Declaração de Salamanca (1994) estabelece “dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva [...]” e não apenas uma educação que priorize os aspectos cognitivos.

De acordo com Novais (2010, p. 187):

A exclusão no interior da escola é compreendida como uma suposta falta ao sujeito; a escola continuava celebrada como um lugar de práticas educativas pautadas na capacidade cognitiva, onde ocorriam processos de avaliações sustentadas pela ideia de mérito pessoal [...].

Para tanto é papel da escola superar a exclusão, criando alternativas para vencer o preconceito e a discriminação, sendo que a educação inclusiva reconhece os desafios que os sistemas de ensino enfrentam para incluir os alunos. A partir dos referenciais surge a construção de sistemas educacionais inclusivos, as escolas regulares e especiais são reorganizadas, proporcionando a inclusão de todos os alunos no ensino regular de forma que suas especificidades sejam atendidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva os alunos têm o direito de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte à escola, mas que esta se transforme para incluir o aluno.

Inclusão é o reconhecimento e valorização das diferenças humanas e para que ela aconteça no contexto escolar é necessário recursos adaptados, capacitação de professores e acessibilidade. Só porque o aluno está matriculado não é o suficiente dizer que a inclusão está acontecendo, há de se buscar o processo de equidade.

É necessário aceitar e respeitar as diferenças, enquanto educadores precisamos fazer mais, ou seja, contribuir com a aprendizagem do aluno, planejar e traçar metas, adaptar o



currículo escolar e os objetivos a serem alcançados, pensando em ações concretas para por em prática e contemplar os estudantes com a Síndrome de Down.

A educação precisa ter como objetivo máximo aprimorar o ensino regular, para que todos os educandos com necessidades especiais sejam atendidos, respeitando assim suas diferenças e dificuldades, sem discriminação, vencendo as barreiras e focando em suas habilidades.

É preciso mudança, no processo ensino-aprendizagem, nas práticas pedagógicas, garantindo assim o direito em aprender e ser incluído no ensino regular. Os alunos necessitam de um ensino diferenciado, adaptação curricular, recursos tecnológicos, professores capacitados e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para que seu direito a aprendizagem seja concretizado.

As inclusões do aluno com Síndrome de Down no ensino regular são necessários um currículo e um sistema educacionais inclusivas e isso tem uma abrangência muito maior: as ações no interior das escolas devem envolver todos os profissionais, alunos e a comunidade escolar, mudando a cultura da escola, mudando os modos de ser e estar, os ritos e práticas existentes nesses espaços.

Considerando os estudos dessa pesquisa, sobre educação inclusiva do educando com Síndrome de Down, o processo de inclusão é desafiador, como foi ao longo dos anos e ainda nos dias atuais, sempre em busca da garantia do seu direito em aprender e de incluir o educando, de acordo com as necessidades especiais.

CONCLUSÃO

A educação inclusiva deve ser de qualidade e que garanta a aprendizagem do educando. A escola deve realizar sua função social oportunizando através dos educadores práticas pedagógicas que concretizem a implementação das legislações vigentes no campo da educação inclusiva, para que não somente as crianças com Síndrome de Down, mas que todas possam ser respeitadas dentro da especificidade de sua deficiência no espaço escolar.

O direito em aprender e também a se desenvolver como indivíduo que está inserido, sendo parte da sociedade deve ser oportunizado por aqueles que ajudam a fazer a educação. É fundamental assegurar a igualdade e



oportunizar a cada indivíduo, conforme suas necessidades que seus direitos de cidadão sejam garantidos.

Percebemos que o acesso da criança com deficiência na escola regular tem ainda muito a percorrer, pois o que apresenta ainda não é o suficiente para atender os educandos com necessidades especiais, sendo este um direito de todos. A escola e todos que fazem parte dela, devem se comprometer com a inclusão, com respeito, dedicação e sem preconceito, para que os educandos desenvolvam, tornando nossa sociedade mais justa e humana.

Logo, os educandos com necessidades especiais necessitam de um olhar diferenciado para que ele seja incluído de forma concreta, e para que isso aconteça é necessário que todos tenham o mesmo objetivo, que é o de incluir.

REFERÊNCIAS

ADES, L.; KERBAUY, R. R. **Obesidade:** realidade e indignações. Psicologia USP, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 197-216, 2002.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo & GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, L. F. **Cinema nacional:** caminhos percorridos. São Paulo: Ed.USP, 2007.

LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 22, n. 74, p. 77-96, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jul. 2008.

PASINATO, Nara Maria Bernardes. **Proposta de indicadores para avaliação dos estágios de integração das TIC na prática pedagógica do professor.** 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011 Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2124>. Acesso em: 27 mar. 2012.

PETERSON, L. et al. Improvement in quantity and quality of prevention measurement of toddler injuries and parental interventions. Behavior Therapy, **New York**, v. 33, n. 2, p. 271-297, 2002.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A. **A inclusão escolar de crianças com síndrome de down.** 3.ed. Petrópolis, RJ:vozes,2004.175p.

VOSGERAU, Dilmeire Sant`Anna Ramos. A tecnologia nas escolas: o papel do gestor neste processo. In: BARBOSA, Alexandre (Coord.). **Pesquisa sobre o**



uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Educação
2011. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. p.35-45